



POLÍTICA DE SALVAGUARDAS AMBIENTAIS E SOCIAIS

P-24/2013

Unidade Responsável: Gestão de Programas

OBJETIVO:

Estabelecer salvaguardas ambientais e sociais para prevenir ou minimizar qualquer impacto ambiental ou social adverso nas atividades financiadas.

ÂMBITO ORGANIZACIONAL:

Esta política aplica-se a projetos financiados pelo GEF.

VALIDAÇÃO

Versão Atual	Ação	Data
2.1	Aprovação	26 Set 2016
	Início da Vigência	26 Set 2016
	Próxima revisão	Set 2018

CONTROLE DE VERSÃO

Versão	Data	Responsável	Situação
0.1	3 Mar 2013	Mônica Ferreira (com o consultor Eric Stoner)	Minuta
1	12 Abr 2013	Conselho Deliberativo	Aprovado
1.1	30 Nov 2013	Fernanda F. C. Marques	Revisado
2	6 Dez 2013	Conselho Deliberativo	Aprovado
2.1	11 Mai 2016	Fernanda F. C. Marques	Revisado
2.1	26 Set 2016	Rosa Lemos	Aprovado

DOCUMENTOS RELACIONADOS:

- P-21 Política de Análise (*appraisal*) e Seleção de Projetos;
- P-22 Política de Avaliação de Projetos e Programas;
- PO-02 Procedimentos Operacionais para Povos Indígenas;
- PO-03 Procedimentos Operacionais de Avaliação de Impacto Ambiental e Social;
- PO-04 Procedimentos Operacionais para Proteção de Habitats Naturais;
- PO-05 Procedimentos Operacionais para Recursos Culturais Físicos;
- PO-06 Procedimentos Operacionais de Reassentamento Involuntário;
- PO-07 Procedimentos Operacionais para Manejo de Pragas;
- PO-08 Procedimentos Operacionais para Sistema de Queixas, Controle e Responsabilidade.

Privacidade:

Este documento é público e está disponível no website do Funbio. Não deve ser editado ou alterado sem consentimento prévio.

SUMÁRIO

I.	Introdução.....	4
II.	Declaração de Princípios.....	4
III.	Estruturas Institucionais	5
IV.	Preparação do Projeto e Passos para a implementação das salvaguardas ambientais e sociais: A Metodologia da Avaliação Ambiental e Social Inicial	5
V.	Política de Padrões Mínimos de Salvaguardas Ambientais e Sociais do Funbio	7
V.1	Padrão Mínimo 1: Avaliação de Impacto Social e Ambiental	7
V.2	Padrão Mínimo 2: Proteção de Habitats Naturais	8
V.3	Padrão Mínimo 3: Reassentamento Involuntário.....	9
V.4	Padrão Mínimo 4: Povos Indígenas.....	10
V.5	Padrão Mínimo 5: Manejo de Pragas.....	10
V.6	Padrão Mínimo 6: Recursos Culturais Físicos	11
V.7	Padrão Mínimo 7: Segurança de Barragens.....	12
V.8	Padrão Mínimo 8: Sistema de Queixas, Controle e Responsabilidade	12

I. INTRODUÇÃO

1. O Funbio reconhece a importância de políticas e práticas internas explícitas de salvaguardas ambientais e sociais como parte integrante dos esforços para o desenvolvimento sustentável apoiados pela instituição. Apesar de o Funbio, por sua natureza, não apoiar projetos que impliquem em riscos ambientais significativos, é importante documentar possíveis impactos adversos de projetos, da forma mais clara possível, para minimizar riscos operacionais e de reputação.
2. O sistema de salvaguardas sociais e ambientais descrito neste documento pode ser visto como uma ferramenta de desenho de projeto que objetiva orientar a implementação do projeto para minimizar, mitigar, compensar e monitorar impactos negativos potenciais, se não for viável evitá-los, através da descrição de possíveis impactos ambientais e sociais adversos bem antes do comprometimento de fundos, analisando potenciais alternativas técnicas, econômicas e sociais.

II. DECLARAÇÃO DE PRINCÍPIOS

3. O Funbio reconhece a importância de políticas e práticas explícitas de salvaguardas sociais e ambientais que estabeleçam um padrão mínimo nas oito áreas que seguem:
 - i. Avaliação de Impacto Social e Ambiental
 - ii. Habitats Naturais
 - iii. Reassentamento Involuntário
 - iv. Povos Indígenas (tratado em política específica)
 - v. Manejo de Pragas
 - vi. Recursos Culturais Físicos
 - vii. Segurança de Barragens
 - viii. Sistema de Queixas, Controle e Responsabilidade
4. Este documento esboça um sistema de políticas e práticas estabelecidas pelo Funbio para se alinhar a um padrão mínimo nas áreas listadas acima.
5. No máximo possível, o Funbio engaja *stakeholders* locais em esforços para obter informações sobre o projeto proposto e incorporar preocupações relevantes, monitorar possíveis impactos sociais e ambientais de projetos, assim como guiar ajustes necessários para evitar, minimizar, mitigar e compensar impactos negativos potenciais.

III. ESTRUTURAS INSTITUCIONAIS

6. O Funbio designou uma pessoa da equipe como Ponto Focal para Salvaguardas Ambientais e outra como o Ponto Focal para Salvaguardas Sociais. Essas pessoas são responsáveis pela coordenação, implementação e supervisão da Política de Salvaguardas Ambientais e Sociais.
7. O Funbio manterá um *pool* de especialistas *ad doc* nos vários campos relevantes, que serão usados em funções específicas na implementação da Política de Salvaguardas Ambientais e Sociais.

IV. PREPARAÇÃO DO PROJETO E PASSOS PARA A IMPLEMENTAÇÃO DAS SALVAGUARDAS AMBIENTAIS E SOCIAIS: A METODOLOGIA DA AVALIAÇÃO AMBIENTAL E SOCIAL INICIAL¹

8. A equipe técnica do Funbio, responsável pela análise do projeto, deve realizar uma Avaliação Ambiental e Social Inicial, como uma primeira revisão interna, para verificar os efeitos razoavelmente previsíveis das ações propostas para o meio ambiente e para as populações locais. A análise do projeto leva em consideração e aborda os requisitos contidos nos Padrões Mínimos aplicáveis, detalhados no item 15, fazendo sua própria análise de um curso adequado de ação de salvaguardas ambientais e sociais, em uma Decisão escrita.
9. A função da Avaliação Ambiental e Social Inicial é fornecer um breve relato como base para a Decisão recomendada. Na Decisão, o avaliador do projeto classifica as ações propostas para o projeto de acordo com as quatro categorias de salvaguarda: 1) **Sem Impacto** (classes de ações pré-determinadas sem impactos no meio ambiente); 2) **Baixo Impacto** (classes de ações sem impactos significativos, abordadas com medidas de mitigação apropriadas); 3) **Impacto Significativo** (impacto ambiental significativo que requer Análise Ambiental e redesenho do projeto).
10. A Decisão é uma determinação formal, por parte dos pontos focais para salvaguardas ambientais e sociais, quanto à possibilidade de uma ação do projeto proposto poder afetar significativamente o meio ambiente. Em muitos casos, a Avaliação Ambiental e Social Inicial é suficiente para documentar e alinhar as considerações ambientais e sociais aos Padrões Mínimos, sem a necessidade de uma Análise Ambiental mais detalhada.

¹ A metodologia do Exame Ambiental Inicial aqui descrita é uma adaptação da metodologia utilizada pela USAID para cumprimento do Ato sobre a Política Nacional do Meio Ambiente dos E.U.A. (http://transition.usaid.gov/our_work/environment/compliance/reg216.pdf).

11. Uma Análise Ambiental é um estudo independente e detalhado dos efeitos adversos significativos, razoavelmente previsíveis, das ações propostas ao meio ambiente, usada como base para a definição dos cursos de ação para minimizar, mitigar, compensar e monitorar impactos adversos. Essa análise é de responsabilidade dos proponentes do projeto.
12. A categoria **Sem Impacto** é considerada para ações que não tenham impacto no ambiente natural ou físico, ou para atividades de pesquisa, as quais se espera que tenham um impacto limitado no ambiente natural e físico. Exemplos de ações consideradas para Exclusão Categórica são:
- Assistência educacional e técnica ou programas de treinamento;
 - Experimentos controlados, confinados a pequenas áreas e cuidadosamente monitorados;
 - Análises, estudos, workshops acadêmicos ou de pesquisas e reuniões;
 - Transferência de documentação e informação;
 - Subsídios para desenvolvimento institucional;
 - Programas que envolvam nutrição e cuidados com a saúde.
13. A categoria de **Baixo Impacto**, declarada por escrito pelos pontos focais de salvaguardas ambientais e sociais, indica que as ações propostas deverão ter um impacto adverso pequeno sobre o meio ambiente. As ações do projeto são autorizadas a começar com a pendência da aprovação de planos escritos que especifiquem alternativas técnicas, econômicas e sociais para minimizar, mitigar, compensar e monitorar os possíveis impactos negativos da implementação do projeto.
14. A categoria de **Impacto Significativo**, declarada por escrito pelos pontos focais de salvaguardas ambientais e sociais, indica que as ações propostas deverão ter um impacto adverso significativo sobre o meio ambiente, fazendo-se necessária uma Avaliação Ambiental completa, envolvendo adicional coleta e análise de dados, participação pública e consulta com as agências governamentais apropriadas para garantir o cumprimento da legislação brasileira. Após a conclusão da Avaliação Ambiental por consultores externos qualificados, uma determinação é preparada pelos pontos focais de salvaguardas ambientais e sociais, indicando se há recursos financeiros e técnicos suficientes disponíveis para minimizar, mitigar, compensar e monitorar possíveis impactos negativos, ou se as ações do projeto proposto devem ser redesenhadas.

V. POLÍTICA DE PADRÕES MÍNIMOS DE SALVAGUARDAS AMBIENTAIS E SOCIAIS DO FUNBIO

V.1 PADRÃO MÍNIMO 1: AVALIAÇÃO DE IMPACTO SOCIAL E AMBIENTAL

A Avaliação Ambiental e Social Inicial é a ferramenta de desenho usada pelo Funbio para analisar a solidez ambiental e social, bem como a sustentabilidade do projeto, como um meio de prevenir, quando possível, impactos ambientais adversos, enquanto documenta os esforços necessários para minimizar, mitigar, compensar e monitorar impactos negativos inevitáveis.

Requisitos Mínimos:

- A Análise Ambiental e Social Inicial é o processo de triagem interno usado pelo Funbio para avaliar os potenciais impactos das ações do projeto proposto aos recursos físicos, biológicos, socioeconômicos e culturais físicos; bem como sobre a saúde e a segurança humanas.
- Todas as atividades potenciais do projeto devem respeitar plenamente as normas existentes nas legislações ambiental, de saúde e trabalhista brasileiras, e devem também condizer com acordos internacionais aplicáveis sobre meio ambiente e direitos humanos.
- A Avaliação Ambiental e Social Inicial é a ferramenta de desenho usada para determinar a viabilidade do projeto e ponderar alternativas, documentando eventuais custos para minimizar, mitigar, compensar e monitorar possíveis impactos adversos, incluindo aqueles associados a necessidades institucionais, de capacitações e de monitoramento.
- Os *stakeholders*, comunidades afetadas e organizações da sociedade civil são envolvidos o mais cedo possível no desenho do projeto, para aconselhamento e consentimento, e são incluídos, quando necessário, nos esforços de monitoramento durante todo o ciclo de implementação do projeto.
- Havendo necessidade de Avaliações Ambientais completas, consultores independentes são contratados. Painéis consultivos independentes são convocados durante a preparação e implementação de projetos de alto risco.

V.2 PADRÃO MÍNIMO 2: PROTEÇÃO DE HABITATS NATURAIS

O Funbio compromete-se a assegurar que o desenvolvimento ambientalmente sustentável seja promovido através do apoio à gestão sustentável, proteção, conservação, manutenção e reabilitação de habitats naturais, bem como à funções ecossistêmicas e de biodiversidade a estes associadas.

Requisitos Mínimos:

- Através do uso da Avaliação Ambiental e Social Inicial, o Funbio emprega uma abordagem precaucionária e ecossistêmica para a conservação dos recursos naturais, bem como para a gestão do desenho do projeto, ponderando os benefícios esperados do projeto contra os potenciais custos ambientais.
- A preferência no desenho do projeto é dada para locações de infraestrutura física em terras que já tenham sido convertidas para outros usos.
- Em nenhuma circunstância o Funbio se envolve ou financia atividades que levam à conversão ou degradação de habitats naturais críticos.
- Nos casos raros em que o Funbio considerar apoiar um projeto que afete negativamente habitats naturais não críticos, o resultado da metodologia da Avaliação Ambiental e Social Inicial ajuda a ponderar ações alternativas e a orientar medidas de mitigação.
- A metodologia de Avaliação Ambiental e Social Inicial é utilizada para rastrear, o quanto antes, possíveis impactos sobre a saúde e a qualidade do ecossistema, bem como sobre os direitos e bem-estar de populações dependentes da floresta e outros habitats naturais.
- O Funbio não financia projetos envolvendo colheita florestal que leve à conversão ou degradação de habitats naturais críticos, incluindo áreas de floresta.
- Projetos de restauração florestal apoiados pelo Funbio são desenhados para manter ou melhorar a biodiversidade e a função do ecossistema, através do plantio de enriquecimento ambientalmente adequado, socialmente benéfico e economicamente viável.
- O Funbio divulga esboços de planos de mitigação para as principais partes interessadas em tempo hábil, envolvendo-os da melhor forma possível na

concepção do projeto, implementação, monitoramento e avaliação, incluindo o acesso anterior aos planos de mitigação.

V.3 PADRÃO MÍNIMO 3: REASSENTAMENTO INVOLUNTÁRIO

O Funbio evita ou minimiza o reassentamento involuntário ao máximo possível. Quando não for viável, garante que as pessoas deslocadas sejam assistidas em recuperar e melhorar seus modos e padrão de vida, em termos reais, em relação aos níveis anteriores ao deslocamento.

Requisitos Mínimos:

- Todas as alternativas viáveis de desenho do projeto são consideradas para evitar ou minimizar o reassentamento involuntário.
- Através do acesso ao censo e ao levantamento de dados socioeconômicos, utilizando a metodologia de Avaliação Ambiental Inicial, o Funbio avalia os impactos econômicos e sociais potenciais que podem ser causados pela tomada involuntária de terra ou restrição involuntária ao acesso a parques ou áreas protegidas legalmente estabelecidas.
- Para projetos que envolvem a restrição involuntária de acesso a recursos em parques ou áreas protegidas legalmente estabelecidas, o Funbio realiza consultas com as comunidades locais e os *stakeholders* afetados, para discutir como substituir de forma satisfatória esses recursos.
- Nos casos em que o reassentamento é inevitável, o Funbio procura garantir que as pessoas reassentadas tenham a oportunidade de participar do planejamento, implementação e monitoramento do programa de assentamento, com atenção especial a definição dos benefícios de compensação para grupos vulneráveis.
- O Funbio se preocupa em informar às pessoas que estão sendo reassentadas sobre seus direitos legais, consulta-os quanto às suas opções, e apresenta alternativas técnicas e economicamente viáveis de reassentamento e de assistência.
- Para indivíduos sem direitos legais sobre a terra, o Funbio busca fornecer assistência no reassentamento para restaurar seus meios de subsistência, no lugar da compensação pela terra.
- O Funbio divulga os esboços dos projetos de reassentamento para os principais *stakeholders* em tempo hábil, antes da avaliação formal do projeto.

V.4 PADRÃO MÍNIMO 4: POVOS INDÍGENAS

As políticas e práticas do Funbio reconhecem a importância dos Povos Indígenas para o desenvolvimento social e cultural, bem como para a sustentabilidade ambiental, da sociedade brasileira como um todo.

Requisitos Mínimos:

- O Funbio segue as diretrizes da Convenção 169 da Organização Internacional do Trabalho sobre Povos Indígenas e Tribais em Países Independentes (1989) e da Declaração das Nações Unidas Sobre os Direitos dos Povos Indígenas (2007).
- O Funbio respeita os direitos dos Povos Indígenas sobre as terras que ocupam tradicionalmente, tal como consagrado na Constituição Brasileira de 1988, e reconhece seus costumes e instituições tradicionais utilizados em sua governança interna.
- O Funbio apoia a participação ativa de homens e mulheres e de pessoas de diferentes faixas etárias quando se trabalha com povos indígenas, de maneira a respeitar as tradições culturais e sociais da comunidade indígena.
- O Funbio considera os Povos Indígenas parceiros importantes no processo de conservação ambiental e desenvolvimento sustentável de longo prazo, e irá trabalhar em colaboração com eles na realização de seus objetivos institucionais, sempre que apropriado.

V.5 PADRÃO MÍNIMO 5: MANEJO DE PRAGAS

As políticas e práticas do Funbio asseguram que os riscos ambientais e de saúde associados ao uso de pesticidas sejam minimizados e geridos através da adoção de práticas de manejo de pragas seguras, eficazes e ambientalmente adequadas.

Requisitos Mínimos:

- O Funbio promove práticas e mecanismos para controle de pragas que utilizam métodos de gestão biológica e ambiental ecológicos, reduzindo a dependência de pesticidas químicos sintéticos.
- A análise da possível necessidade de práticas de manejo de pragas é parte integrante da metodologia de Avaliação Ambiental e Social Inicial.

- O Funbio segue as recomendações e orientações descritas no Código Internacional de Conduta para a Distribuição e Utilização de Pesticidas (Roma, 2003), da Organização das Nações Unidas para Alimentação e Agricultura (FAO), no que concerne a aquisição, manipulação e aplicação de pesticidas em projetos que envolvem o controle de pragas.
- O Funbio promove o desenvolvimento da capacidade institucional de seus parceiros para a utilização do Manejo Integrado de Pragas e do Manejo Integrado de Vetores.
- O Funbio divulga esboços de planos de mitigação sobre manejo de pragas para os principais *stakeholders*, em tempo hábil, antes do início da análise do projeto.

V.6 PADRÃO MÍNIMO 6: RECURSOS CULTURAIS FÍSICOS

As Políticas do Funbio asseguram a preservação de recursos culturais físicos, evitando a sua destruição ou dano, incluindo sítios arqueológicos, paleontológicos, históricos, arquitetônicos e sagrados, em plena conformidade com os padrões brasileiros de preservação histórica.

Requisitos Mínimos:

- O Funbio promove a análise de alternativas viáveis de projeto para evitar, minimizar ou compensar impactos adversos e estimular impactos positivos sobre recursos culturais físicos, através do desenho do projeto e escolha do local.
- Se possível, o Funbio evita financiar projetos que podem causar danos significativos a recursos culturais físicos utilizando, quando apropriado, pesquisas de campo com especialistas qualificados.
- O Funbio consulta as populações locais e os principais *stakeholders* para documentar a presença e a importância de recursos culturais físicos.
- O Funbio exige planos de gestão e conservação prévios, por parte dos executores do projeto em campo, para lidar adequadamente com ocasionais achados de recursos culturais físicos.
- O Funbio exige a divulgação de um esboço de planos de mitigação aos principais *stakeholders*, em tempo hábil, antes da análise do projeto.

V.7 PADRÃO MÍNIMO 7: SEGURANÇA DE BARRAGENS

Este padrão não se aplica ao Funbio.

V.8 PADRÃO MÍNIMO 8: SISTEMA DE QUEIXAS, CONTROLE E RESPONSABILIDADE

O Estatuto do Funbio e seu Código de Ética garantem a conformidade com as suas políticas e práticas de salvaguardas ambientais e sociais, e garantem também a responsabilização em caso de não cumprimento. O Sistema de Queixas, Controle e Responsabilidade aborda possíveis violações das políticas e procedimentos do Funbio, é transparente e eficaz, e é acessível às pessoas atingidas pelo projeto.

Requisitos Mínimos

- A Secretária Geral do Funbio é a pessoa da equipe designada para receber e responder às queixas relacionadas à observância do sistema de salvaguardas ambientais e sociais do Funbio.
- O membro da equipe designado mantém registros e trabalha de forma proativa junto ao denunciante para resolver disputas que tenham mérito.